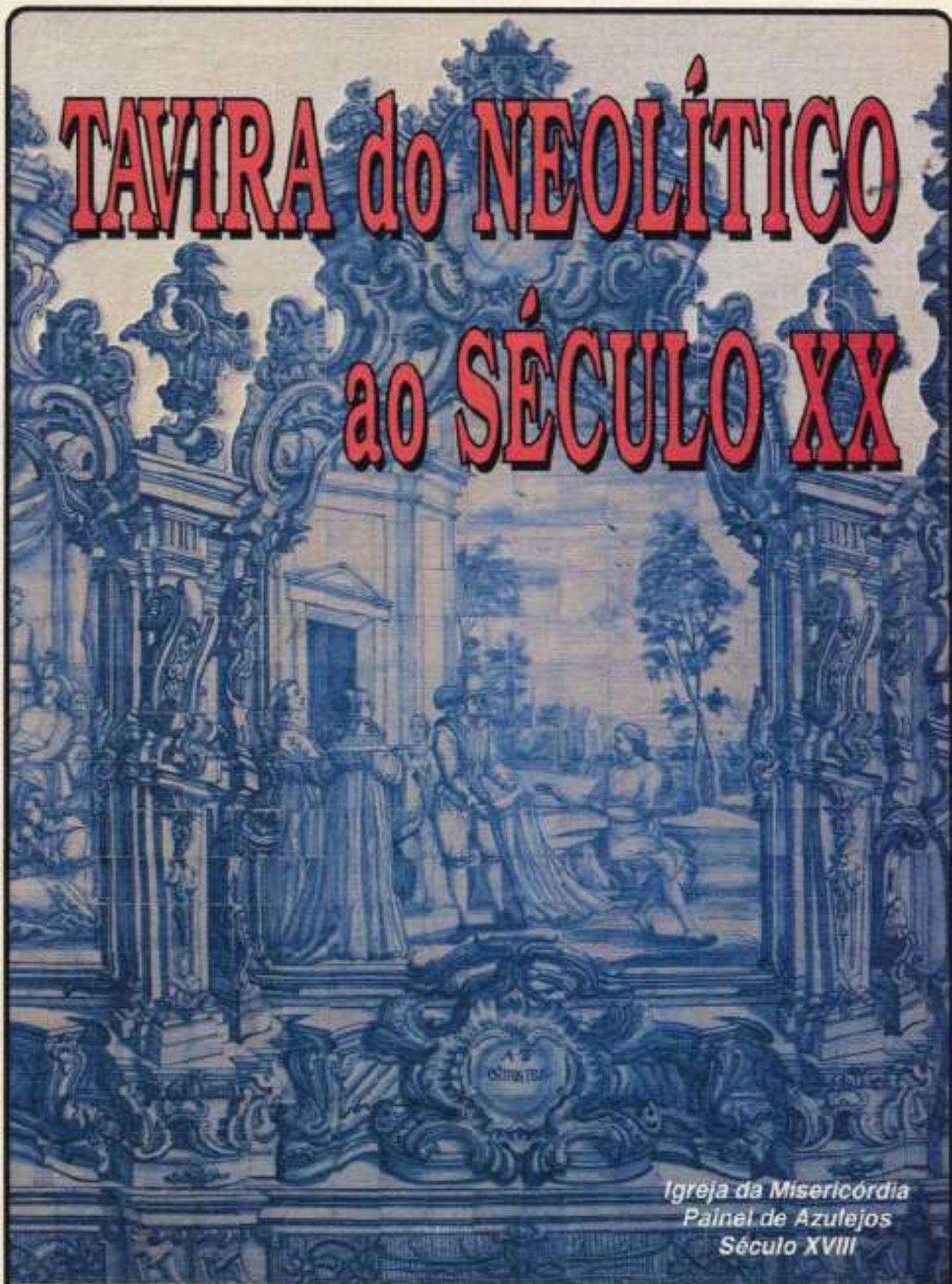


# TAVIRA do NEOLÍTICO ao SÉCULO XX



*Igreja da Misericórdia  
Painel de Azulejos  
Século XVIII*

**II JORNADAS de HISTÓRIA  
CLUBE de TAVIRA**

---

**TÍTULO : TAVIRA do NEOLÍTICO ao SÉCULO XX  
II JORNADAS de HISTÓRIA -- ACTAS  
1ª EDIÇÃO - 1994**

---

**ORGANIZAÇÃO -- CLUBE de TAVIRA**

---

**EDIÇÃO**

Tiragem : 1.000 exemplares  
CLUBE de TAVIRA

---

**APOIOS**

Câmara Municipal de Tavira  
Delegação Regional do Algarve da Secretaria de Estado da Cultura

---

**IMPRESSÃO**

**Gráfica Almondina** -- 2351 Torres Novas Codex  
Depósito Legal N.º 80340/94  
**COMPOSIÇÃO INFORMÁTICA**  
Octávio P. Ribeiro

---

**DISTRIBUIÇÃO**

Clube de Tavira  
Rua da Liberdade, n.º 23  
8800 TAVIRA

---

Capa -- Foto Luís Andrade

Contra-capas -- Foral Afonsino de Tavira -- ANTT -- Escola Secundária de Tavira

**ABERTURA**

**ENTIDADE PROMOTORA**

**CLUBE de TAVIRA**

**ENTIDADES PATROCINADORAS**

**CÂMARA MUNICIPAL de TAVIRA**

**DELEGAÇÃO REGIONAL do ALGARVE da  
SECRETARIA de ESTADO da CULTURA**

**COMISSÃO EXECUTIVA**

**Ofir Renato Chagas**

**Arnaldo Casimiro Anica**

**Luís Maria de Melo e Horta**

**Manuel António Teixeira**

**Octávio Pereira Ribeiro**

## SUMÁRIO

Abertura.....	5
1. — <b>O Foral Afonsino de Tavira</b> — Manuel Carvalho Moniz .....	13
2. — <b>Carlos Porfírio e Tavira</b> — Emmanuel da Costa Correia .....	23
3. — <b>Pedro de Sousa de Abreu e Siqueira</b> — Ernesto Ferreira Jordão .....	32
4. — <b>Tavira, Eduardo Pavia de Magalhães e a Música</b> — António R. Santos .....	45
5. — <b>Inventário dos Pórticos Manuelinos no Concelho de Tavira</b> — Carla Maria Fernandes .....	51
6. — <b>Cidadãos da Polis</b> — Maria L. Lencart e Silva .....	66
7. — <b>Cultura Popular, Personalidades, Lendas</b> — Maria do Carmo Ricardo .....	81
8. — <b>Tavira na Obra de Almeida Garrett</b> — António Rosa Mendes .....	87
9. — <b>O Neolítico no Concelho de Tavira</b> — Arnaldo Casimiro Anica e Manuel A. Teixeira .....	93
10. — <b>Presença Árabe em Tavira</b> — Eva Maria von Kemnitz .....	109
11. — <b>A Nobreza Quinhentista de Tavira e as poucas Pedras de Armas</b> <b>Hoje Existentes</b> — J. Fernandes Mascarenhas .....	119
12. — <b>Um Exemplo da Persuasão Governamental na Campanha do Trigo</b> — Arnaldo Casimiro Anica .....	127
13. — <b>Considerações sobre a Gravura Seiscentista de Tavira</b> — António Jorge Sebastião e Silva .....	135
14. — <b>Domingos Dias de Acha, Morador de Tavira, na Inquisição de</b> <b>Évora no Século XVII</b> — Luísa Guerreiro Martins .....	145
15. — <b>Os Forais de Tavira</b> — António Araújo de Sousa e Armando da Costa Franco .....	157
16. — <b>Catarina Vaz, Bruxa Tavirense do século XVII</b> — Fernando Calapez Corrêa .....	189
17. — <b>Curiosidades do tempo do Governador do Algarve,</b> <b>D. José F. da Costa e Sousa (Séc. XVIII)</b> — Ofir Renato Chagas ...	199
18. — <b>Vestígios de um Antigo Povoamento Grego no Concelho de</b> <b>Tavira</b> -- Luísa Estácio da V. Pereira .....	207

## A PRESENÇA ÁRABE em TAVIRA um CASO de CONTINUIDADE

Eva Maria von Kemnitz

A história de Tavira apresenta uma característica particular nomeadamente no que diz respeito à presença árabe-islâmica que se afigura como uma constante desde o século VIII até aos nossos dias.

É este caso de continuidade que se pretende focar e analisar nesta comunicação. Esta presença caracteriza-se contudo por três fases distintas:

1ª - Enquanto poder político dominante.

2ª - Como presença de uma minoria étnico-religiosa no seio da sociedade cristã e finalmente;

3ª - Entendida como o legado da civilização árabe-islâmica que apesar de quase cinco séculos e meio volvidos após o fim da Reconquista tem deixado o seu marco indelével.

O começo da presença árabe-islâmica na Península Ibérica remonta ao início do século VIII coincidindo com a desagregação da monarquia visigótica e situa-se na sequência da expansão árabe originada pelo advento do Islão.

O Islão, uma religião revelada e simultaneamente um modo de viver, uma civilização e uma força política, atingiu precisamente o auge da sua dilatação no início do século VIII incorporando no mesmo organismo estatal vastos territórios desde o Atlântico até à Índia.

O actual território de Portugal entrou nos anos 712-714 na órbita do poder islâmico. A maior parte do Algarve foi ocupada já em 713 no percurso da primeira campanha militar.

Assim, esta região bem como todo Portugal tornou-se parte integral de uma das províncias do império muçulmano, nominalmente dependente do Governador do Magrebe, situação que se manteve até 756.

O nome *bilad al-Andalus* ou simplesmente *al-Andalus* passou a designar a totalidade da Península sob o domínio muçulmano.

Em relação a Portugal era utilizado o termo *al-gharb al-aksa al-Andalus* (Ocidente Extrêmo do al-Andalus) embora sem nenhum sentido específico administrativo ou político. Constituiu antes de mais um conceito lógico-espacial que correspondia mais ou menos fielmente ao território de Portugal actual e é nesse sentido que aparece em vários escritos de historiadores, geógrafos, etc.

Tavira, Tabira das crónicas árabes, conjuntamente com toda a região algarvia estava incorporada na província de Marida que abrangia a antiga Lusitânia romana e a Galiza e cuja capital se encontrava em Marida, a actual Mérida.

A primeira menção conhecida nos textos árabes relativa a Tabira provém do geógrafo Il-Idrisi que a refere como "*al-kariya*", termo este que designava uma unidade territorial rural.

Nas zonas fronteiriças estavam instalados contingentes militares para reforçar o poder instituído. Assim na região limítrofe de Tavira estavam instaladas tropas oriundas do Yemen e também na cidade de Silves enquanto as tropas berberes estavam estacionadas predominantemente nas zonas montanhosas.

O ano de 756 foi decisivo para a história do al-Andalus. De uma província dependente do califado passa a uma entidade estatal independente, inicialmente um emirato e a partir de 929, um califado com a capital em Córdova. Al-Andalus sob o poderio dos Omayyadas consolidou-se, tornando-se igualmente um centro florescente de cultura muçulmana. Não obstante isso ocorriam movimentos de revolta dos Árabes em virtude dos antigos conflitos tribais que da Península Árabe alastraram até aqui,

e de Berberes numericamente maioritários e descontentes com a supremacia dos primeiros e ainda dos muwalladun, autóctones recém-convertidos ansiosos por se verem atribuídos os mesmos direitos de que gozavam os muçulmanos de origem. Além disso houve ainda a constante interferência de inimigos externos incluindo cristãos.

Estes últimos, refugiados depois da derrota na região montanhosa das Astúrias, iniciaram pouco depois operações com vista à recuperação dos territórios perdidos, processo este conhecido vulgarmente como a reconquista cristã.

O enfraquecimento do poder central muçulmano que se acentuou consideravelmente no séc. IX contribuiu para o fortalecimento dos governadores locais. Finalmente a partir de 1002 o *al-Andalus* engolfa-se em intermináveis guerras civis que conduziram à desintegração e abolição oficial do califado de Córdova em 1031. Como consequência da desintegração do califado surgiu uma série de efémeras entidades políticas cujos soberanos se designavam por "reis dissidentes" ou seja "*muluk al-tawa'if*".

Em relação ao território de Portugal de hoje a desagregação do califado de Córdova significou a saída de uma certa obscuridade e irrelevância a que a sua posição periférica o relegava, tomando-se a partir de então palco de acontecimentos políticos próprios e que a longo prazo iam formando a sua especificidade face aos restantes territórios da Península. A par de novos núcleos de poder político formaram-se centros distintos de vida cultural e artística.

No Algarve surgiram então dois centros de poder local e simultaneamente centros de cultura, um em Silves e o outro em Faro.

Em Silves estabeleceu-se a dinastia dos Banu Muzaiyin (1028-1063) que exerceu controle sobre Tavira e em Shantammariyat al-Gharb os Banu Harun (1016-1052) cujos territórios foram absorvidos posteriormente pelos Abbaditas de Sevilha que assim vieram a controlar a zona do Algarve, destino partilhado também por Tavira.

Entretanto o avanço cristão intensificou-se culminando com a tomada de Toledo em 1085.

Em relação ao território de Portugal há a registar também importantes progressos que constituíram a base de formação de Portugal como estado independente.

As regiões nortenhas, o Minho e o Douro cedo caíram nas mãos de cristãos o que no entanto nos séculos IX e X ainda não significava uma posse duradoira desses terrenos dado que não existia capacidade de os povoar. Em 981 é reconquistado o Porto e os seus arredores e por volta do ano 1000 os Mouros são definitivamente expulsos de Trás-os-Montes. A queda do califado acelera e facilita este processo e é à custa dos territórios dos "*muluk al-tawa'if*" que se desenvolve a progressiva ocupação dos territórios para o Sul.

Consequentemente a tomada de Coimbra em 1064 marcou uma das fases mais decisivas na Reconquista de Portugal tendo assim ficado a área entre o Douro e o Mondego sob controle de cristãos formando o Comitatus Portugalensis.

A já referida queda de Toledo levou os reis dissidentes ainda no poder a suspenderem a luta fratricida e a lançarem um apelo de socorro aos correligionários do Norte de África, na altura representados pela dinastia dos Almorávidas. Estes intervieram, mas quando em finais de 1090 voltaram pela terceira vez ao *al-Andalus* tinham na mira não só a derrota dos cristãos mas também dos próprios *muluk al-tawa'if* vendo com razão na rivalidade deles o motivo do enfraquecimento do estado islâmico.

Os Almorávidas estabeleceram um domínio político no *al-Andalus* que significou a perda da existente independência e a integração do *al-Andalus* no império almorávida nominalmente dependente do califado abássida. Este poder político não resistiu às tensões internas e agressões externas desencadeando por sua vez a intolerância religiosa, até então um fenómeno marginal no *al-Andalus*.

Daí resultou uma nova fragmentação territorial surgindo a segunda vaga dos reis dissidentes protagonizados no território de Portugal de hoje por *Ibn Kasi* que se proclamou *mahdi* apoderando-se da fortaleza de Mértola e por *Ibn al-Mundhir* que se estabeleceu em Beja e Silves. Simultaneamente deu-se um novo avanço da Reconquista que no caso português acabou por consumir a independência formal de Portugal e fixar a fronteira na linha do Tejo possibilitado pela tomada de Lisboa em 1147 e outras praças fortes da zona.

A figura jurídica de "forros" aplicada à população muçulmana que permaneceu em solo cristão após a tomada de Lisboa constituiu a base de toda a legislação posterior que protegia os Mouros.

Por outro lado, o vazio político criado pela queda dos Almorávidas ficou mais uma vez preenchida por uma nova força política muçulmana, nomeadamente os Almohadas, uma outra dinastia berbere também com raízes num movimento de renovação religiosa que acabou por controlar vastas zonas da África do Norte e do Sul e centro da Península Ibérica. O ímpeto inicial dos Almohadas cujas tropas chegaram até Lisboa e puseram cerco a Santarém em 1189, devastando terras e levando para África numerosos captivos, travou por algum tempo a Reconquista.

É precisamente neste contexto que se situa uma revolta ocorrida em 1151 em Tabira chefiada por um certo *Al-Wahabi* que durante quase dezasseis anos se manteve independente sucumbindo em 1167 quando os Almohadas cercaram a cidade simultaneamente por terra e por mar.

Este novo poder empreendeu um reforço dos dispositivos de defesa levando a cabo uma grandiosa obra de construções militares em todo o *Al-Andalus*.

Tabira, um importante porto do mar com um significativo volume de trocas comerciais e centro de actividades de pesca, foi na época muçulmana também um lugar de importância estratégica. Não admira pois que os Almohadas a tenham munido com um novo pano de muralhas com torres albarrãs cujos vestígios é possível divisar ainda hoje.

Do ponto de vista administrativo Tabira constituía parte integral de uma nova

unidade territorial, nomeadamente da província al-Kunu, que incluía Faro, Mértola e Silves, sua capital.

O desenvolvimento urbano de Tabira e a sua importância estratégica são atestados pela evolução do estatuto que lhe vai sendo atribuído pelos autores árabes de épocas posteriores. Assim Ibn Sahib Al-Salah, entre outros, refere-a como “*a fortaleza de Tabira*”.

Ao declínio dos Almohadas, cada vez mais acentuado a partir da derrota na batalha de Las Navas de Tolosa em 1212 cujo significado moral ultrapassou de longe o aspecto militar, corresponderam sucessivos avanços de Portugueses nos territórios ao Sul da linha do Tejo. Os passos decisivos foram a conquista de Alcácer do Sal em 1217 e da quase inexpugnável praça forte de Mértola em 1238, de primordial importância estratégica para o acesso aos terrenos situados a juzante do rio Guadiana.

Neste contexto a situação de Tabira tornava-se cada vez mais crítica após a queda de Cacela ocorrida em 1239. O episódio dos sete cavaleiros vingados pelo Mestre da Ordem de Santiago, Dom Payo Peres Corrêa, enaltecido pela corrente romântica, não poderia ter sido mais do que apenas um pretexto que acelerou o desfecho final. Quanto à data exacta há divergências dado que alguns estudiosos situam-na em 1240, 1242 e 1243 respectivamente concordando contudo que o evento se deu no mês de Junho. Outras fontes, nomeadamente Frei Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, oriundo de Tavira (1767-1845) no seu estudo “*Memórias sobre uma Crónica Inédita da Conquista do Algarve*”, baseadas sobre documentação por ele encontrada na Câmara da cidade de Tavira, apontam para uma primeira conquista cristã em 1239, conjuntamente com Cacela e Alvôr seguidamente retomada por muçulmanos e uma conquista definitiva em 1242, ocorrida na mesma altura em que D. Paio ocupou Cacela, Castro Marim e Silves.

O alcaide de Tabira Aben Fadila, vassalo de Muhammad Ibn Mahfuz, wali de Silves e Niebla teria fugido para reaparecer ainda na defesa de Silves.

Neste período politicamente conturbado viveu Abu 'Uthvran Sa'íd Ibn Hakim, oriundo de uma família de Tabira que se notabilizou nas letras. Foi autor de poesias conservando-se ainda hoje na Biblioteca do Escorial fragmentos de escritos de carácter geográfico e histórico da sua autoria. Desenvolveu a sua actividade longe da sua cidade natal para onde o levaram as vicissitudes do destino. Inicialmente secretário do rei de Maiorca e posteriormente seu sucessor, acabou os seus dias refugiado na Minorca combatendo as forças cristãs do rei de Aragão.

A conquista sangrenta de Tabira por parte dos cristãos pôs fim a esta primeira fase de presença árabe-islâmica enquanto poder político dominante e volveu a página para o capítulo segundo caracterizado pela existência de um a minoria étnica e religiosa distinta no seio da sociedade cristã portuguesa.

A conquista dizimou a população muçulmana, alguns ficaram reduzidos à escravidão, outros emigraram para terras ainda na posse dos muçulmanos e os restantes

permaneceram. Para assegurar a participação na vida económica de um grupo social trabalhador, empreendedor e detentor de saber técnico decidiu a coroa conceder aos Mouros forros um estatuto específico que reconhecia a sua identidade religiosa e cultural mediante o pagamento de impostos e cumprimento de certas obrigações. Trata-se de facto de uma adaptação do conceito árabe de "*dhimma*", termo que designa uma forma de contrato sujeito sempre a ajustamento indefinidamente reconduzido, pelo qual a comunidade muçulmana concede hospitalidade-protecção aos membros de outras religiões reveladas pondo-lhes a condição de respeitarem a dominação política do Islão mediante pagamento de impostos de capitação e predial e ainda uma contribuição complementar.

Em 13 de Julho de 1269, três anos após a concessão do foral à cidade de Tavira, o rei D. Afonso III concedeu aos Mouros forros de Tavira e simultaneamente aos de Faro, Loulé e Silves um foral em que especifica as suas obrigações e os seus direitos.

Nas zonas urbanas, os Mouros viviam em arruamentos separados chamados mourarias. As mourarias dispunham de infraestruturas próprias tais como a mesquita, escola corânica, banhos, importante centro de vida social, talhos, mercado e cemitério. Cada dessas comunas tinha o seu alcaide por eles eleito, ao qual cabiam principalmente funções de administração da justiça. O alcaide era assitido por tabeliões. Com o passar do tempo contudo iam surgindo medidas restrictivas dirigidas contra esta minoria.

As primeiras diziam respeito ao vestuário pretendendo-se com esta medida que a distinção no traje marcasse o membro da minoria perante a sociedade maioritariamente cristã. Aos Mouros permitia-se-lhes o uso do seu vestuário tradicional, como albornozes ou balandras desde que tivessem à frente o crescente bem visível. Essa legislação data do reinado de D. Afonso IV confirmada por D. João I. Posteriormente surgem leis sumptuárias. Outra medida restrictiva, estabelecida ainda no tempo do governo de D. Pedro I, consistia na criação de bairros fechados com a proibição de os seus habitantes poderem frequentar a zona cristã após o sol posto. No reinado de D. João I dá-se a imposição do português escrito sobre a língua árabe em actos públicos.

As mourarias desempenharam um papel de relevo na disseminação e preservação da civilização árabe-islâmica no período pós-Reconquista. A sua maioria concentrava-se ao Sul da linha do Tejo. Normalmente eram situadas nos arrabaldes e voltadas para uma região interior e rural o que se prendia com o facto de que a economia deles tinha por base principal a agricultura. Além disso exerciam ofícios onde se destacavam o fabrico de calçado, o trabalho de ferro, a tapeçaria e a olaria.

A mouraria de Tavira era importante, sendo a sua existência atestada ainda em finais do séc. XV e de que subsistem hoje vestígios toponímicos como a Rua dos Mouros ou a Travessa do Poço dos Mouros. Ficava no exterior das antigas muralhas encontrando-se circunscrita entre o Terreiro da Porta do Postigo, o Terreiro do Poço dos Mouros e o Terreiro do Cano. Os seus habitantes exploravam as hortas e pomares, praticavam pesca e trabalhavam nas salinas.

Em Dezembro de 1496, o rei D. Manuel I, ordenou que fossem expulsos do Reino até finais de Outubro do ano seguinte todos os judeus e mouros forros que não quisessem baptizar-se sob pena de morte e confisco dos bens. Em relação aos Mouros esta lei não foi aplicada receando-se represálias sobre os territórios portugueses no Norte de África.

Em 1521 entrou em vigor um novo Código, as chamadas Ordenações Manuelinas, cujo Livro Segundo revogava toda a legislação referente às duas minorias — moura e judaica — de modo que *"todos os Mouros forros e Judeus fossem banidos do Reino, que não pudessem aí estabelecer-se ou permanecer"*.

Uma parte dos mouros optou pelo exílio, descendendo deles, entre outros, os corsários de Salé.

Uma grande parte preferiu permanecer no país que era também deles aceitando a água lustral e converter-se pelo menos nominalmente. Tendo mudado de nome e adoptado nomes cristãos, a sua história desindividualizou-se diluindo-se pouco a pouco.

Quererá isto dizer que se assimilaram? *"Calbi aravi"* — *"o meu coração é árabe"* eram as palavras de uma canção popular do século XVI que o dramaturgo Gil Vicente colocou na boca de uma das personagens da sua *"Comédia da Rubena"* (1521).

Coloca-se então uma pergunta legítima:  
— O que é que ficou desta convivência secular?

A herança da civilização árabe-islâmica entendida como o conjunto de manifestações de carácter material ou não como testemunho da obra do homem apresenta um leque bastante vasto desde vestígios de cultura material sujeitos naturalmente às vicissitudes dos condicionalismos políticos e da destruição originada pela passagem do tempo, desinteresse ou abandono como ainda inclui fenómenos de carácter linguístico (sobretudo empréstimos lexicais e topónimos) e tradições de cunho popular como lendas, motivos musicais ou ainda culinária, olaria, tecelagem, etc...

Temos pois de reconhecer que numa grande parte do património português bate ainda hoje o *"coração árabe"*, elo de ligação ao passado e factor da continuidade de presença árabe-islâmica em Portugal nos dias de hoje.

Faço minhas as palavras do Professor António Borges Coelho contidas no prólogo *"Portugal na Espanha Árabe"* com as quais magistralmente caracteriza o legado árabe-islâmico:

*"Apaguem por um momento dos campos de Portugal as sombras do pessegueiro, do limoeiro, da laranjeira, da nespereira, da ameixeira, da alfarrobeira; recue-se para sul a oliveira, suprimindo a comercialização do azeite e da azeitona;*

*rareiem-se as amendoeiras e as folhas largas da figueira com o seu almeixar; suprimam-se as noras, os alambiques, as alquitarras; intensifique-se a vinha no Alentejo e no Algarve; retirem-se da periferia das cidades a mancha verde das hortas, dos meloais, das forragens; castrem-se os cavalos de Alter; afoguem as azenhas ou calem o canto dos moinhos de vento; abatam a camartelo as muralhas do centro e do sul cujo risco, para lá das reparações e dos acrescentos posteriores, foi obra dos seus alarifes ou architectos; desmontem as almenas, as abóbadas do chamado gótico alentejano, as fontes abobadadas; piquem as taipas, os estuques; destruam as casas de adobe caiadas de branco por dentro e por fora; enterrem os azulejos; queimem as esteiras, as alcofas, os capachos, os tapetes; rachem os alguidares; tentem destruir os couros, os arreios, os cobres, as grades geométricas. Que nos fica?"*

O castelo de Tavira, a antiga alcaçova moura que domina a cidade, a adjacente Igreja de Santa Maria erguida no local da mesquita principal, as ruas estreitas e sinuosas do mais antigo núcleo urbano, a existência até há pouco da Horta d'El-Rei infelizmente já demolida, as portas de reixa e ainda o simbolismo contido no escudo d'armas da cidade que inclui a representação da cabeça dum rei mouro não podem renegar o passado árabe. A paisagem envolvente é composta por hortas e pomares e abundante em água trazida por noras e azenhas, nos campos crescem alfarrobeiras, figueiras, amendoeiras, azinheiras, azambujeiro e muitas espécies espontâneas como murtas, etc... continua a contar a mesma história, testemunho do contributo indesmentível que os Árabes deram para as culturas e técnicas de exploração agrícola, modos de habitação, etc.

Os nomes das terras mais próximas trazem as mesmas reminiscências - Vale do Almargem, Cerro de Alcaria do Cume, Campo da Atalaia, Benamor, Ribeira de Odeleite e tantas outras aldeias, arrabaldes, sem nome próprio, sem fim...

No entanto, apenas um estudo aprofundado e a divulgação dos respectivos resultados poderão resgatar a memória daquele tempo. O contributo da arqueologia para o conhecimento do passado é indesmentível e, neste caso particular, no campo da civilização árabe-islâmica em Portugal, ficou demonstrada a importância daquele período através da descoberta de ricos e variados vestígios da cultura material, fruto das mais recentes escavações regulares conduzidas em Mértola e Silves.

Precisamente nesta área foi pioneiro um filho ilustre de Tavira, Sebastião Philippes M. Estácio da Veiga (1828-1891) que no seu projecto do Museu Archeológico do Algarve, apresentado em 1880, incluiu uma secção denominada "Época Árabe"

sendo este o primeiro projecto museológico em Portugal que contemplou a sistematização do espólio do período áraba-islâmico.

No imaginário colectivo ainda soam os gritos dos guerreiros da reconquista "Santiago e aos Mouros!", o tilintar dos alfanges, gemidos dos vencidos. As lendas de mours encantadas transmitidas de geração em geração embalam as crianças. Motivos históricos e de fantasia que inspiraram escritores como Camões, Almeida Garret ou Serpa Pimentel, ontem, e a poetisa Nita Lupi, o poeta Sebastião Leiria, pintor Carlos Porfirio, artistas contemporâneos que projectam hoje as imagens vindas do passado e que simultaneamente pertencem à cultura portuguesa contemporânea ●

**BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA:**

**VEIGA, Sebastião Ph. M. Estácio**, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, Lisboa, 1886-1891, 4 Vols; continuação em *O Archeologo Português*, Vols. IX; X e XV

*Die Enzyklopedie des Islams*, Leiden - Leipzig, 1913 - 1936, 4 vols.

*L'Encyclopédie de l'Islam*, Leiden, 8º vol. (em publicação).

**RONART, Stephan and Nandy**, *Concise Encyclopedie of Arabic Civilization - The Arab West*, Djambatan - Amsterdam, 1966.

**DOZY, Reinhard**, *Histoire des Musulmans d'Espagne...*, Leiden, 1932, 2ª ed.

**LEVI-PROVENÇAL, Evarist**, *La Península Ibérique au Moyen Age d'après le Kitab Al-Rawd...*, Leiden, E. J. Brill, 1938

**VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito**, *Notícias Históricas de Tavira 1242 - 1840*, Tavira, Ed. Câmara Municipal de Tavira, 1989.

**Garcia Domingues, José Domingues**, *História Luso-Árabe*, Lisboa, pro Domo, 1945.

**AAVV**, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 1972 - 1975, 1ª ed., 4 vols.

**BURCKHARDT, Titus**, *Die Maurische Kultur in Spanien*, Munchen, Verlag G. Callwey, 1970.

**LOPES, David**, *Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1910.

**GARCIA, João Carlos**, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos INIC, 1986.